

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1212957 - RJ (2010/0167119-5)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
EMBARGANTE : CASA DA MOEDA DO BRASIL CMB
ADVOGADOS : RODRIGO LUIZ PESSOA DE OLIVEIRA E
OUTRO(S) - RJ131041
GABRIELLA NERY BARROS - RJ141016
RICARDO ZACHARSKI JUNIOR - RJ160053
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : MARIA REGINA DA COSTA DUARTE
ADVOGADO : SÉRGIO FERRAZ E OUTRO(S) - RJ010217
INTERES. : TARCÍSIO JOSÉ CALDAS PEREIRA
INTERES. : VÂNIA LORDELLO TRINDADE
INTERES. : DANILO DE ALMEIDA LOBO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APRECIÇÃO DE MATÉRIA ATINENTE AO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. BARREIRA DO CONHECIMENTO NÃO SUPERADA.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para os presentes Embargos de Declaração e ao Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II – A fundamentação adotada no acórdão é suficiente para respaldar a conclusão alcançada, pelo que ausente pressuposto a ensejar a oposição de embargos de declaração, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

III – Não compete a esta Corte Superior a análise de suposta violação de dispositivos constitucionais, ainda que para efeito de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal, *ex vi* art. 102, III, da Constituição da República.

IV – A orientação desta Corte consolidou-se no sentido da impossibilidade de análise do mérito do Recurso Especial - definição do termo *a quo* para a contagem do prazo prescricional, se do ato lesivo ou da ciência do autor -, quando esse sequer tenha ultrapassado a barreira do conhecimento. Precedentes das Turmas componentes da 1ª e 2ª Seções.

V – Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa
Relatora

